



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS
Rua 107 n.º 151, - Bairro Setor Sul, Goiânia/GO, CEP 74085-060
Telefone: (62) 3240-2211/2200 - <https://crcgo.org.br/novo/> E-mail: crcgo@crcgo.org

EDITAL

Processo nº 9079602110000933.000071/2026-72

PREGÃO ELETRÔNICO
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE GOIAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026
Processo Administrativo nº 9079602110000933.000071/2026-72

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ 01.015.676/0001-11, por meio do(a) Setor de Licitações e Compras, sediado(a) 107, 151, QD F-22 LT. 21-E, bairro SETOR SUL, na cidade de GOIANIA/GO, CEP 74085060, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data prevista para realização da Sessão Pública: 20/05/2026

Hora Inicial : 08:00

1. DO OBJETO


1.1. O objeto da presente licitação é o objeto da presente licitação é a aquisição de garrafas de água mineral de 500~510 ml sem e com gás, e café superior pacote 500g, todos sob ordem de demanda e de fornecimento, para atender às necessidades do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRCGO), conforme especificações e condições estabelecidas neste instrumento, visando ao abastecimento do almoxarifado e ao suprimento das reuniões institucionais, eventos e atividades administrativas realizadas pelo Conselho Regional de Contabilidade de Goiás. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 1 (um) itens isolados e 1 (um) grupos, sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico.

1.2.1 relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.2.2 relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

Item	Descrição	Quantidade	Imagem de referencia
01	<p>Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: garrafa pet, descartável, tampa de rosca, embalagem primaria pet com capacidade de 500 à 510 ml. Marca de referência: Água mineral sem gás Acquíssima 510ml Sob Demanda</p>	936	
02	<p>Água Mineral Natural Tipo: Com Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: garrafa pet, descartável, tampa de rosca, embalagem primaria pet com capacidade de 500 à 510 ml. Marca de referência Água mineral com gás Acquíssima 510ml Sob Demanda</p>	504	

03	<p>Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Intensa Ou Extra Forte, Tipo: Superior, Empacotamento: Vácuo Embalagem: Pacote de 500g características: Café em pó, tipo SUPERIOR.</p> <p>Marca de Referencia: Café Pilão 500g</p> <p>Sob Demanda</p>	200	
----	--	-----	---

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 1,2,3 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às

empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente

financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação **não será** de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no

exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

g

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e

interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Marca.

6.1.2. Fabricante.

6.1.3. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	Agrupamento: Água sem gás e com gás	Anual
2	Item Café superior 500 gramas	Anual

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o

proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Agrupamento: Água sem gás e com gás	R\$ 0,01
2	Item Café superior 500 gramas	R\$ 0,01

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela

possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta

econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou

inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: licitacao@crcgo.org.br

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30 % do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas

que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@crcgo.org.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: licitacao@crcgo.org.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Projeto Básico

16.11.2.1. Termo de Referência

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

16.11.4. ANEXO V - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

16.11.5. ANEXO VI - Termo de Ciência e concordância

Goiânia , 6 de maio de 2026

Admilton Marques da Silva
Agente de Contratação
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Admilton Marques da Silva**, **Assistente**, em 06/05/2026, às 06:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1350133** e o código CRC **C0BD063B**.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO

Termo de Referência 26/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
26/2026	926864-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO ADMILTON MARQUES DA SILVA	29/04/2026 08:37 (v 0.5)
Status		
ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		000071/2026-72

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 9079602110000933.000071/2026-72)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de garrafas de água mineral de 500 ml sem e com gás, e café sob ordem de fornecimento, para atender às necessidades do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRCGO), conforme especificações e condições estabelecidas neste instrumento, visando ao abastecimento do almoxarifado e ao suprimento das reuniões institucionais, eventos e atividades administrativas realizadas pelo Regional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: garrafa pet, descartável, tampa de rosca, embalagem primaria pet com capacidade de 500 à 510 ml. Marca de referência: Água mineral sem gás Acquíssima 510ml Sob Demanda	445484	Garrafa	936		
2	Água Mineral Natural Tipo: Com Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: garrafa pet, descartável,	445479	Garrafa	504		

	tampa de rosca, embalagem primaria pet com capacidade de 500 à 510 ml. Marca de referência Água mineral com gás Acquíssima 510ml Sob Demanda					
3	<p>Café Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Intensa Ou Extra Forte, Tipo: Superior, Empacotamento: Vácuo Embalagem: Pacote de 500g</p> <p>características: Café em pó, tipo SUPERIOR, torrado e moído, Torração média, embalado a vácuo em papel alumínio, pacotes com 500g, com Qualidade Global (Nível Mínimo de Qualidade - NMQ) entre 6,0 a 7,2 pontos, na Escala Sensorial do Café (SUPERIOR), tolerância de, no máximo, 1% de matéria estranha, sedimento e impureza. O produto deverá apresentar Certificado de Qualidade fornecido por laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde – REBLAS, habilitados pela ANVISA e MAPA, e/ou Selo de Pureza e Qualidade ABIC, fornecido pela Associação Brasileira da Indústria de Café – ABIC, e/ou Laudo emitido por instituto especializado, credenciado pela ABIC no Programa de Qualidade do Café - PQC. O produto deve apresentar validade mínima de 18 meses estampada no rótulo da embalagem e apresentar o mínimo de 15 meses de vida útil, na data do recebimento. Deverá também apresentar diretamente impresso na embalagem os dados de fabricação e UND 1, conforme exigência dos Órgãos de Controle. A</p>	463574	Pacote	200		

aceitação do produto está condicionada à apresentação de Selo de Pureza e Qualidade ABIC e/ou de laudos emitidos por laboratórios habilitados/credenciados (REBLAS, ANVISA, MAPA), conforme legislações vigentes da ANVISA e MAPA, que atestem e comprovem as características mínimas de qualidade exigidas do produto. Marca de Referencia: Café Pilão Sob Demanda					
--	--	--	--	--	--

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Os produtos devem ser entregues preferencialmente em embalagens recicláveis. O fornecedor deve evitar o uso excessivo de plásticos secundários no transporte, priorizando materiais que permitam a logística reversa ou descarte seletivo no CRCGO.

Indicação de Marcas ou Modelos (Art. 41, II, Lei 14.133/2021)

- 4.2. Conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), ficam estabelecidas as seguintes **marcas de referência** como padrão de qualidade e desempenho:
 - 4.2.1. **Café em Pó (500g):** Marca de referência **PILÃO** (vácuo, tipo superior).
 - 4.2.2. **Água Mineral (510ml):** Marca de referência **ACQUÍSSIMA** (com e sem gás).
- 4.3. A indicação de marca serve apenas como parâmetro de qualidade. Serão aceitas marcas equivalentes ou superiores, desde que atendam aos requisitos sensoriais e técnicos (Selo ABIC e Registro ANVISA).

Da Exigência de Amostra

- **4.4.** Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o Pregoeiro poderá exigir que o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar apresente amostra do item **Café**, para fins de verificação de qualidade e palatabilidade.
- **4.5.** A amostra deverá ser entregue na sede do CRCGO (Goiânia/GO) no prazo de **03 (três) dias úteis** após a solicitação no sistema.
- **4.6.** O custo de envio e retirada da amostra é de total responsabilidade do licitante. Caso a amostra seja reprovada no teste de qualidade, a proposta será recusada.
- **4.7.** No ato da entrega da amostra, o licitante deve comprovar a existência do Selo de Pureza ABIC na embalagem.

Subcontratação e Garantia

- **4.8. Não será admitida a subcontratação** do objeto, devendo a empresa vencedora ser a responsável direta pela entrega e controle logístico.
- **4.9. Não haverá exigência de garantia** da contratação (Art. 96 da Lei 14.133/2021), em razão da baixa complexidade e do regime de entrega parcelada ("just-in-time"), conforme justificado no ETP.

Prioridade para ME/EPP

4.10. Conforme o Art. 48, I, da LC 123/2006, esta licitação é **destinada exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, visando o fomento do mercado local e regional, visto que o valor total estimado por item não ultrapassa o limite legal

4.11. Da Logística e Prontidão no Atendimento

- **4.11.1. Prazo de Entrega Regular:** O prazo para a entrega dos produtos, após a solicitação formal (Ordem de Fornecimento) enviada via e-mail ou sistema, será de até **08 (oito) horas corridas**.
- **4.11.2. Prazo de Entrega Emergencial:** Em casos de necessidade extraordinária ou urgência para atendimento de sessões plenárias e eventos institucionais não previstos, a contratada deverá realizar a entrega em até **03 (três) horas corridas**, contadas a partir da comunicação oficial por parte da fiscalização do contrato.
- **4.11.3. Declaração de Capacidade Logística:** A licitante deverá declarar formalmente, na fase de habilitação, que possui infraestrutura logística, frota e pessoal capazes de cumprir rigorosamente os prazos de entrega regular (08h) e emergencial (03h) estabelecidos neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação imediata por incapacidade operacional.
- **4.11.4. Responsabilidade Logística:** O descarregamento dos insumos no almoxarifado do CRCGO correrá por conta exclusiva da contratada, não sendo admitida a entrega por transportadoras terceirizadas que não realizem o serviço de carga e descarga ou que não garantam o cumprimento dos prazos previstos.
- **4.11.5. Penalidade por Descumprimento:** O atraso injustificado na entrega emergencial será considerado falha grave na execução contratual, sujeitando a empresa à aplicação de multa e à abertura de processo de penalidade, podendo ensejar a rescisão por descumprimento de obrigação essencial.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- **5.1. Dinâmica de Fornecimento:** O objeto será executado mediante entregas parceladas, conforme a necessidade do CRCGO e a natureza de cada item, durante o período de 12 (doze) meses:
 - **5.1.1. Itens 02 e 03 (Água Mineral):** Entregas em regime mensal de fardos, visando o giro de estoque, além de suporte para demandas emergenciais.
 - **5.1.2. Item 01 (Café Superior):** Entregas semestrais (02 vezes ao ano), sendo a primeira parcela em até 05 dias após a assinatura do contrato e a segunda no 6º mês de vigência.
- **5.2. Prazos e Condições:**
 - **5.2.1. Entrega Regular (Água e Café):** Em até **08 (oito) horas corridas**, contadas do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho.
 - **5.2.2. Entrega Emergencial (Água):** Em até **03 (três) horas corridas**, para suprir eventos ou sessões plenárias não previstos, conforme solicitação da fiscalização.
- **5.3. Local de Entrega:** Sede do CRCGO, Goiânia/GO, setor de Almoxarifado, em dias úteis, das 08h às 17h.
- **5.4. Logística de Descarga:** O fornecedor é integralmente responsável pelo transporte e pelo descarregamento dos produtos no local indicado, não sendo admitida a entrega sem o devido serviço de carga e descarga por conta da contratada.
- **5.5. Prazo de Validade (Garantia de Qualidade):**
 - **5.5.1.** No ato de cada entrega, os produtos (café e água) deverão possuir, no mínimo, **75% (setenta e cinco por cento)** do prazo de validade total recomendado pelo fabricante.
 - **5.5.2.** Caso o produto apresente vício (ex: embalagem a vácuo do café rompida, perda de pressão na água com gás ou alteração no sabor/odor) dentro do prazo de validade, o fiscal do contrato emitirá um **Boletim de Constatação de Vício**, que deverá ser assinado por ambas as partes (fiscal do CRCGO e representante da contratada).
 - **5.5.3.** A partir da assinatura do referido boletim, a contratada deverá realizar a **substituição imediata do lote ou item avariado em até 24 (vinte e quatro) horas**, sem qualquer ônus adicional ao CRCGO.
 - **5.5.4.** A recusa da contratada em assinar o boletim ou em realizar a substituição no prazo estipulado caracterizará inexecução parcial do objeto, permitindo a aplicação direta das sanções previstas no Item 7 deste Termo de Referência.

Garantia e Conformidade

- **5.6.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- **5.7.** A aceitação definitiva do objeto está condicionada à verificação da conformidade com as **marcas de referência (Pilão e Acuíssima)** ou equivalentes de qualidade superior, conforme estabelecido no item 4 deste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.17. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa

no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (xxxxx)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de

2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- **8.1.** Os bens serão recebidos **provisoriamente** no ato da entrega para conferência de volumes.

- **8.2. Rejeição:** Os bens serão rejeitados se estiverem em desacordo com as marcas de referência (**Pilão /Acquíssima**) ou com validade inferior a 75%. A substituição deve ocorrer em até **24 horas**, conforme o Boletim de Constatação de Vício (item 5.5.2).
- **8.3. Recebimento Definitivo:** Ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após verificação da qualidade (Selo ABIC/ANVISA) e palatabilidade.
- **8.4. Montagem e Descarga:** Toda a logística de descarregamento no almoxarifado corre por conta do Contratado, sendo condição para o recebimento.

Liquidação

- **8.5.** Recebida a Nota Fiscal, a liquidação ocorrerá em até **10 (dez) dias úteis**, observando-se a regularidade fiscal no SICAF.
- **8.6.** Havendo erro na Nota Fiscal, o prazo para pagamento será interrompido e reiniciado somente após a correção pelo fornecedor.

Prazo e Forma de Pagamento

- **8.7. Pagamento:** Será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** após a liquidação.
- **8.8. Correção:** Em caso de atraso por culpa do CRCGO, os valores serão atualizados pelo **IPCA**.
- **8.9. Retenção:** No pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista em lei, salvo para empresas optantes pelo Simples Nacional que comprovem tal condição.

Antecipação de Pagamento e Cessão de Crédito

- **8.10. Não será admitida antecipação de pagamento** para esta contratação.
- **8.11. Não será admitida a cessão de crédito**, devendo o pagamento ser efetuado exclusivamente à empresa contratada e executora do objeto.

Reajuste

- **8.12.** Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de um ano.
- **8.13.** Caso haja prorrogação contratual após 12 meses, o índice de reajuste será o **IPCA (IBGE)**, acumulado nos últimos 12 meses.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de Seleção e Critério de Julgamento

- **9.1.** O fornecedor será selecionado por meio de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, adotando-se o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, conforme o Art. 56, inciso II, da Lei nº 14.133/2021:
 - **9.1.1. Etapa Aberta (Fixa):** Terá a duração de **15 (quinze) minutos**, com lances sucessivos.
 - **9.1.2. Etapa Aberta (Aleatória/Iminência):** Após a fase fixa, o sistema entrará em período aleatório de **01 (um) a 10 (dez) minutos**, findo o qual a etapa de lances será automaticamente encerrada.

- **9.1.3. Etapa Fechada (Lance Final):** Encerrado o tempo aleatório, o sistema convocará o autor da melhor proposta e os autores das **propostas subsequentes que apresentarem valores até 10% (dez por cento) superiores ao do primeiro colocado**, para apresentarem um **LANCE ÚNICO E SIGILOSO**, no prazo de até 05 (cinco) minutos.
- **9.1.4.** Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas acima, o sistema convocará os autores das melhores propostas subsequentes, até o limite de 03 (três), para que ofertem o lance final fechado.
- **9.2. Forma de Fornecimento:** O fornecimento será **parcelado**, conforme a necessidade do CRCGO e a dinâmica estabelecida no Item 5 deste TR.

Exigências de Habilitação

- **9.3.** Para fins de habilitação, o interessado deverá comprovar os seguintes requisitos, preferencialmente via **SICAF** (níveis I, II e III):

Habilitação Jurídica

- **9.4.** Comprovação de existência jurídica através de Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- **9.5.** Prova de inscrição no CNPJ;
- **9.6.** Regularidade com a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta RFB/PGFN);
- **9.7.** Regularidade com o FGTS;
- **9.8.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- **9.9.** Regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital e com a Fazenda Municipal da sede do licitante.

Qualificação Econômico-Financeira (Simplificada)

- **9.10.** Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- **9.11. Dispensa de Balanço:** Fica dispensada a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, em razão da natureza do objeto e do valor estimado da contratação ser inferior ao limite estabelecido para a dispensa de licitação por valor (Art. 75, II da Lei 14.133/2021), visando ampliar a competitividade entre Micro e Empresas de Pequeno Porte.

Qualificação Técnica

- **9.12. Qualificação Técnica (Lastro do Atestado):** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de, no mínimo, **01 (um) atestado de capacidade técnica (ACT)**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que deverá obrigatoriamente estar acompanhado dos seguintes documentos de comprovação de execução (lastro):
 - **9.12.1. Nota Fiscal (Obrigatório):** Cópia da(s) nota(s) fiscal(is) correspondente(s) ao objeto descrito no atestado, devidamente liquidada(s), para comprovar a efetiva entrega e comercialização dos produtos.
 - **9.12.2. Ordem de Fornecimento ou Contrato (Facultativo):** Cópia do instrumento que originou a demanda (Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou Contrato), visando dirimir eventuais dúvidas sobre o cronograma de execução.

- **9.12.3. Assinatura:** O atestado deverá estar devidamente assinado pelo representante legal ou autoridade competente da entidade emitente, com a devida identificação (nome e cargo).
- **9.13. Registro Sanitário:** Apresentação de cópia do Alvará Sanitário ou documento equivalente expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente, comprovando a regularidade da empresa para o comércio de gêneros alimentícios e/ou água mineral.

Disposições Gerais sobre Habilitação

- **9.14.** A comprovação da regularidade poderá ser feita mediante consulta ao SICAF. Caso o licitante não esteja cadastrado ou o cadastro esteja vencido, os documentos deverão ser encaminhados via sistema.
- **9.15. Exclusividade ME/EPP:** Conforme já estabelecido, a presente licitação é exclusiva para ME e EPP, devendo a condição ser comprovada mediante declaração no sistema eletrônico.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável para o certame, é de **R\$ 12.053,36 (doze mil e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos)**, conforme o detalhamento das unidades e valores médios abaixo:

item	Descrição do Objeto	Qtd. Total	Unidade	Valor unitário médio	Valor total estimado
01	Café em Pó (Tipo Superior - 500g)	200	Pacote	R\$ 41,68	R\$ 8.339,00
02	Água Mineral sem Gás (510ml)	936	Pet	R\$ 2,48	R\$ 2.321,28
03	Água Mineral com Gás (510ml)	504	Pet	R\$ 2,77	R\$ 1.396,08
Total					R\$ 12.053,36

- **10.1.1.** Os valores unitários acima foram obtidos através de ampla pesquisa de mercado, refletindo a média dos preços praticados em Goiânia/GO, e servirão como critério de aceitabilidade de preços no sistema, **conforme comprovado no Mapa Comparativo de preços e sua respectiva Justificativa.**
- **10.1.2.** Para os itens de água mineral, as entregas mensais deverão respeitar a composição de fardos (10 ou 12 unidades), conforme a prática comercial do fabricante da marca de referência ou equivalente.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do **Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRCGO).**

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

- **I) Gestão/Unidade:** CRCGO;
- **II) Conta Contábil:** 6.3.1.3.01.01.015 – Gêneros de Alimentação;
- **III) Centro de Custo:** Administrativo / Almoxarifado.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, caso haja prorrogação ou emissão de novas notas de empenho, será indicada conforme o plano de contas vigente e a liberação dos créditos correspondentes, mediante simples apostilamento.

11.4. A confirmação final da disponibilidade orçamentária ocorrerá no momento da emissão da Nota de Empenho, vinculada ao valor exato obtido na sessão pública do pregão.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência e em seus anexos não são classificadas como sigilosas, sendo garantido o amplo acesso aos interessados, em observância ao princípio da publicidade e da transparência nas contratações públicas.

12.2. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Goiás – Subseção de Goiânia, para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas desta contratação que não puderem ser resolvidas administrativamente.

12.3. Este Termo de Referência, após aprovado e assinado, passará a ser parte integrante do Edital de Licitação, vinculando a Administração e a futura Contratada aos seus termos.

Goiânia/GO, 29 de abril de 2026.

13. ANEXO I

ANEXO I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

(Compra com entrega imediata e integral de bens, conforme art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- **1.1.** O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar a **Nota de Empenho**, que funcionará como instrumento substitutivo ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação.
- **1.2.** O prazo poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pelo CRCGO.
- **1.3.** O aceite da Nota de Empenho implica o reconhecimento de vinculação à proposta, ao Edital e ao Termo de Referência.

2. VIGÊNCIA

- **2.1.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir da emissão da Nota de Empenho ou até a entrega total e definitiva do objeto, o que ocorrer primeiro.
- **2.2.** Por se tratar de compra com entrega imediata (cada pedido), não haverá previsão de obrigações futuras de assistência técnica prolongada, salvo as garantias legais de vício do produto.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (CRCGO)

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Receber o objeto nos prazos estipulados (03h para emergências e 08h para regular);
 - 3.1.2. Notificar o Contratado sobre vícios (ex: embalagem rompida), conforme o Boletim de Constatação previsto no TR;
 - 3.1.3. Efetuar o pagamento em até 10 dias úteis após a liquidação da Nota Fiscal.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. Entregar o objeto rigorosamente dentro das especificações (Café Pilão Superior / Água Acquíssima ou superior);
- 4.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos, conforme o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.3. Manter a regularidade fiscal (SICAF) durante todo o período de fornecimento;
- 4.4. Substituir produtos avariados em até **24 horas** após a emissão do Boletim de Constatação.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes (entrega total e pagamento efetuado).
- 5.2. O contrato poderá ser extinto antecipadamente por descumprimento das cláusulas de entrega ou qualidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6. ALTERAÇÕES

- 6.1. O Contratado é obrigado a aceitar acréscimos ou supressões de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado da contratação.

7. CASOS OMISSOS E FORO

- 7.1. Os casos omissos serão decididos pelo CRCGO, segundo a Lei nº 14.133/2021.
- 7.2. Fica definido o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Goiás – Subseção de Goiânia, para dirimir litígios.

14. ANEXO II

ANEXO II – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, **[IDENTIFICAR NOME DA EMPRESA CONTRATADA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[INSERIR CNPJ]**, declara para os devidos fins que:

1. Está plenamente ciente e concorda com todas as disposições, obrigações e exigências técnicas previstas no **Edital do Pregão Eletrônico nº [XX]/2026**, no seu respectivo **Termo de Referência** e nos demais anexos;
2. Possui total capacidade logística para atender aos prazos de entrega **Regular (08 horas)** e **Emergencial (03 horas)**, conforme estabelecido no item 4.11 do Termo de Referência;
3. Está ciente de que a indicação das marcas de referência **Pilão** (Café) e **Acquíssima** (Água) serve como padrão mínimo de qualidade e que a entrega de produtos inferiores sujeitará a empresa às sanções contratuais;
4. Responsabiliza-se, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade de todas as informações e documentos apresentados durante o certame e na execução do fornecimento.

Goiânia/GO, [DIA] de [MÊS] de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

CPF: [000.000.000-00]

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DACIMAN GALVAO DE BRITO JUNIOR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 08:37:00.

SAULO SANTOS DA SILVA

Demandante



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 08:37:10.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO

Estudo Técnico Preliminar 30/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 000071/2026-72

2. Descrição da necessidade

A contratação visa atender ao consumo regular de colaboradores e visitantes, bem como ao suporte logístico de reuniões plenárias e eventos institucionais previstos para o exercício de 2026.

A necessidade fundamenta-se na manutenção da hospitalidade e no bem-estar necessário para as atividades administrativas e institucionais do CRCGO.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Patrimônio e Estoque	Saulo Santos da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os itens a serem adquiridos deverão observar os seguintes requisitos técnicos e de qualidade:

Café em pó:

- Deve ser do tipo SUPERIOR, torrado e moído, com torração média.
- Embalagem a vácuo em papel alumínio, em pacotes de 500g.
- Qualidade Global (Nível Mínimo de Qualidade - NMQ) entre 6,0 a 7,2 pontos na Escala Sensorial do Café.
- Tolerância máxima de 1% de matéria estranha, sedimentos e impurezas.
- Certificação obrigatória via Selo de Pureza e Qualidade ABIC (ou laudo de laboratório credenciado pela REBLAS/ANVISA/MAPA).
- Prazo de validade mínimo de 18 meses estampado no rótulo, com pelo menos 15 meses de vida útil na data da entrega.
- Dados de fabricação e unidade (UND 1) impressos diretamente na embalagem, conforme normas dos órgãos de controle.

Água Mineral:

- Garrafas individuais de 500 ml, apresentadas em fardos lacrados com 12 unidades cada.
- Disponibilização nas versões com gás e sem gás.
- As garrafas devem possuir lacre de segurança íntegro e estar dentro do prazo de validade.
- O produto deve estar em estrita conformidade com os registros e normas da ANVISA e do Ministério da Saúde.
- Condições de Fornecimento:
- A entrega deverá ocorrer de forma parcelada, sob ordem de fornecimento, para atender ao almoxarifado e aos eventos conforme a demanda.

5. Levantamento de Mercado

- **Análise de Soluções Existentes:** Foram analisadas as opções de fornecimento de água mineral (galões de 20L vs. garrafas de 500ml) e café (almofada vs. vácuo).
- **Justificativa da Escolha (Água):** Optou-se pela manutenção do fornecimento em garrafas de 500ml para reuniões plenárias e eventos institucionais por questões de higiene, praticidade no serviço e atendimento aos protocolos de recepção de autoridades, conforme histórico de consumo.
- **Justificativa da Escolha (Café):** A escolha pelo café tipo "Superior" com embalagem a vácuo visa garantir a preservação das características sensoriais do produto por maior tempo no almoxarifado, reduzindo desperdícios e garantindo o padrão de hospitalidade exigido pelo Conselho.
- **Existência de Padronização:** O mercado apresenta ampla oferta de marcas que atendem aos requisitos de qualidade da ABIC (para o café) e normas da ANVISA (para a água), o que possibilita a utilização do Pregão Eletrônico como forma de garantir a ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.
- **Argumento de Governança:** O levantamento considerou o planejamento anual do CRCGO, identificando que a aquisição via Pregão é a solução mais adequada para evitar o fracionamento de despesa, uma vez que o somatório de itens da mesma natureza (gêneros alimentícios) ao longo do exercício justifica a via licitatória em detrimento da contratação direta.
- **Pesquisa de Preços:** A estimativa de custos de **R\$ 17.163,35(dezessete mil cento e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos)** baseou-se em consulta a preços públicos e/ou orçamentos de fornecedores locais, demonstrando-se compatível com os valores praticados no mercado de Goiânia/GO para produtos com os selos de qualidade exigidos.

6. Descrição da solução como um todo

- **Objeto e Finalidade:** A solução consiste na aquisição de gêneros alimentícios, especificamente café em pó tipo superior (pacotes de 500g) e água mineral (garrafas de 500ml com e sem gás), destinados ao abastecimento do almoxarifado e suporte logístico às atividades do Conselho.
- **Estratégia de Fornecimento:** A contratação será executada sob o regime de **entrega parcelada**, mediante ordens de fornecimento emitidas conforme a necessidade real da administração. Essa estratégia visa evitar a necessidade de grandes espaços de armazenamento e garantir que os produtos (especialmente o café) sejam consumidos dentro de sua vida útil ideal.

- **Qualidade e Padronização:** A solução adota padrões de qualidade de mercado rigorosos, exigindo certificações ABIC para o café e conformidade com as normas da ANVISA para a água, assegurando a saúde e o bem-estar de colaboradores e visitantes.
- **Integração e Economicidade:** A solução abrange não apenas o consumo rotineiro, mas também a previsão para 20 eventos institucionais e reuniões plenárias mensais previstos para 2026. Foi integrada à estratégia a exclusão da compra de açúcar em grandes embalagens, priorizando o aproveitamento do estoque existente e a futura utilização de sachês para redução de desperdício.
- **Viabilidade Jurídica e Administrativa:** Optou-se pela realização de **Pregão Eletrônico** como a solução mais robusta. Embora o valor estimado (R\$ 17.163,35) sugerisse uma contratação direta, a solução como um todo foi desenhada para garantir a conformidade com o planejamento anual de contratações do CRCGO, evitando o fracionamento de despesa e permitindo a obtenção de preços mais competitivos através da disputa eletrônica.
- **Sustentabilidade Operacional:** A solução busca a racionalização dos processos de aquisição e a economia de escala, reduzindo custos administrativos de múltiplas pequenas compras e garantindo a continuidade do abastecimento sem riscos de interrupção.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A definição dos quantitativos baseia-se no histórico de consumo do exercício anterior e no calendário institucional de 2026.

Café em Pó (pacotes de 500g):

Quantidade Total: 200 unidades.

Memória de Cálculo: Considerou-se a realização de 20 eventos institucionais, com consumo médio de 3 pacotes por evento (60 pacotes), acrescidos da demanda regular para o almoxarifado visando o atendimento diário de colaboradores e visitantes.

Água Mineral (garrafas de 500ml):

Água Sem Gás: **78 fardos com 12 unidades (936 garrafas).**

Água Com Gás: **42 fardos com 12 unidades (504 garrafas).**

Memória de Cálculo:

Reuniões Plenárias: Realização mensal (12 reuniões/ano), com consumo médio de 15 garrafas sem gás e 12 com gás por sessão.

Eventos Diversos: Estimativa de 15 garrafas sem gás e 10 com gás por evento, conforme histórico de consumo.

Justificativa do Estoque Regulador: Os quantitativos incluem uma margem de segurança para absorver variações no número de participantes ou demandas extraordinárias não previstas no cronograma inicial.

Nota sobre itens excluídos: Não há previsão de aquisição de açúcar em pó (pacotes de 5kg), visto que o estoque atual de 24 pacotes supre os próximos 12 meses, priorizando-se a transição para o uso de sachês adquiridos em processo distinto.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 17.163,35

A estimativa de custos para esta contratação foi realizada mediante pesquisa de preços balizada no módulo de pesquisa de preços da plataforma compras.gov, resultando nos seguintes valores:

Detalhamento dos Itens:

1. Café em Pó (500g) - Tipo Superior:

- **Quantidade:** 200 pacotes.
- **Valor Unitário Estimado:** R\$ 24,00(vinte e quatro reais).
- **Subtotal:** R\$ 4.800,00(quatro mil e oitocentos reais).

2. Água Mineral sem Gás (500ml):

- **Quantidade:** 78 fardos (com 12 unidades cada).
- **Valor Unitário Estimado (fardo):** R\$ 103,42(cento e três reais e quarenta e dois centavos).
- **Subtotal:** R\$ 8.066,76 (oito mil e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos).

3. Água Mineral com Gás (500ml):

- **Quantidade:** 42 fardos (com 12 unidades cada).
- **Valor Unitário Estimado (fardo):** R\$ 102,30(cento e dois reais e trinta centavos).
- **Subtotal:** R\$ 4.296,60(quatro mil duzentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).

Valor Total Estimado: O valor global estimado para a contratação é de **R\$ 17.163,35** (dezesete mil, cento e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos).

Considerações sobre o Valor:

- Os preços estimados incluem todas as despesas diretas e indiretas, tais como fretes, tributos, encargos sociais, trabalhistas e demais custos necessários para a entrega parcelada no almoxarifado do CRCGO.
- **Justificativa da Modalidade vs. Valor:** Reitera-se que, embora o montante global esteja contido no limite para dispensa de licitação por valor (Art. 75, II, Lei 14.133/2021), a administração opta pela realização de **Pregão Eletrônico**. Tal medida justifica-se pela natureza recorrente do objeto e para assegurar a conformidade com o planejamento anual, evitando-se o fracionamento de despesa em face de outras aquisições de gêneros alimentícios previstas para o exercício.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução será **parcelada em itens independentes** (Item 1: Café; Item 2: Água Mineral).

Tal decisão fundamenta-se na natureza distinta dos nichos de mercado para cada produto, conforme análise de mercado que indica que fornecedores de água mineral nem sempre comercializam gêneros alimentícios secos. A divisão por itens visa garantir a mais ampla competitividade, evitando pedidos de impugnação e permitindo que empresas especializadas participem da disputa, assegurando assim a seleção da proposta mais vantajosa para o CRCGO em cada categoria.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- **Contratações Correlatas:** Identifica-se a correlação com o processo de aquisição de **copos descartáveis e materiais de limpeza/higienização**, uma vez que a utilização dos gêneros alimentícios (café e água) demanda itens complementares para o serviço e para a manutenção da higiene no local de consumo e preparo.

- **Contratações Interdependentes:** Não foram identificadas contratações estritamente interdependentes (aquelas em que uma depende obrigatoriamente da conclusão da outra para ter funcionalidade). No entanto, destaca-se a interdependência operacional com o fornecimento de **açúcar (sachês)** e **adoçantes**, objeto de processo distinto (Processo nº 2025-40), para a completa fruição da solução de fornecimento de café.
- **Gestão de Estoque:** A contratação correlata de materiais de almoxarifado (copos e mexedores) deve ser monitorada em conjunto com este processo para evitar o desabastecimento de itens acessórios que inviabilizariam o uso do café e da água mineral nas reuniões plenárias e eventos institucionais.
- **Conclusão:** As contratações são independentes quanto ao rito licitatório, mas correlacionadas quanto à finalidade pública, não havendo óbice para o prosseguimento isolado desta aquisição de gêneros alimentícios.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- **Alinhamento ao PCA (Plano de Contratações Anual):** A presente aquisição está devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual do CRCGO para o exercício de 2026. A demanda foi identificada na fase de planejamento macro do Conselho para garantir o suporte logístico necessário às atividades institucionais.
- **Planejamento Estratégico:** A contratação converge com os objetivos estratégicos de eficiência administrativa e operacional, assegurando que os insumos básicos (água e café) estejam disponíveis para o pleno funcionamento das reuniões de diretoria, plenárias e eventos com a classe contábil, conforme justificado no DFD.
- **Prevenção de Ruptura de Estoque:** O planejamento considerou o consumo histórico e o estoque remanescente, estabelecendo um cronograma de aquisição que evita a solução de continuidade (falta do produto) e garante o atendimento à hospitalidade devida no âmbito do Conselho.
- **Governança e Legalidade:** O alinhamento se manifesta, sobretudo, na escolha da modalidade **Pregão Eletrônico**. Mesmo diante de um valor que comportaria a contratação direta, o planejamento estratégico da equipe de contratação optou pela via licitatória para assegurar a conformidade com o princípio da segregação de funções, transparência e, primordialmente, para evitar o fracionamento de despesa em face da natureza recorrente do objeto.
- **Conclusão:** A contratação é estritamente necessária e guarda total consonância com as metas de gestão e o planejamento orçamentário e de compras do CRCGO para o corrente ano.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a execução desta contratação nos moldes planejados, o CRCGO pretende alcançar os seguintes resultados:

- **Mitigação do Risco de Dropshipping e "Aventureiros":** Ao optar pelo Pregão Eletrônico e exigir requisitos técnicos rigorosos (como o Selo ABIC e normas da ANVISA), o Conselho cria uma barreira contra empresas que atuam apenas como intermediárias digitais e não possuem estoque ou logística própria. O resultado esperado é a contratação de um fornecedor com capacidade real de entrega.
- **Economicidade e Eficiência Orçamentária:** A seleção da proposta mais vantajosa por meio da disputa de lances, garantindo que o valor final fique dentro ou abaixo da estimativa de **R\$ 17.163,35(dezessete mil cento e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos)** otimizando a aplicação dos recursos do Conselho.

- **Conformidade com o Planejamento e Governança:** O atendimento integral ao Plano de Contratações Anual (PCA 2026), demonstrando que o CRCGO cumpre o rito da Nova Lei de Licitações e evita o fracionamento de despesa através do somatório anual de itens de mesma natureza.
- **Garantia de Qualidade e Padronização:** O asseguramento de que o café e a água mineral fornecidos manterão um padrão "Superior", essencial para a hospitalidade devida em reuniões plenárias e eventos com autoridades e a classe contábil.
- **Otimização Operacional:** Através do regime de **entregas parceladas**, reduzir-se-á a necessidade de grandes espaços de armazenamento e o risco de perdas de produtos por validade, mantendo o almoxarifado com estoque regulador sempre renovado.

13. Providências a serem Adotadas

- **Designação de Fiscais:** Deverá ser publicada a portaria de designação do fiscal titular e suplente para o acompanhamento das entregas, conforme a segregação de funções.
- **Adequação do Almoxarifado:** O setor de patrimônio e estoque já confirmou a disponibilidade de espaço físico para o recebimento das remessas parceladas, não sendo necessárias obras ou adaptações de infraestrutura.
- **Logística de Recebimento:** Ficou estabelecido que as ordens de fornecimento serão emitidas com antecedência mínima de 1(um) dia para garantir que o fluxo de entrada no almoxarifado não coincida com outros recebimentos de grande porte.

14. Possíveis Impactos Ambientais

- **Logística Reversa:** No caso da água mineral, o edital preverá que o fornecedor priorize embalagens de material reciclável (PET), incentivando o descarte seletivo conforme as normas de sustentabilidade do CRCGO.
- **Redução de Desperdícios:** A decisão estratégica de não adquirir açúcar em pó e focar na utilização de estoques existentes e futuros sachês visa a redução do desperdício de insumos.
- **Certificação Sustentável:** A exigência do Selo ABIC para o café assegura que o produto segue normas de qualidade que incluem, indiretamente, critérios de conformidade produtiva e ambiental dos fabricantes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

- **Conclusão:** Diante do levantamento de mercado realizado e da análise das necessidades institucionais, esta equipe de planejamento declara a contratação como **totalmente viável e necessária**.
- **Justificativa Final:** A adoção do **Pregão Eletrônico** como modalidade de escolha, em detrimento da dispensa por valor, demonstra o compromisso do CRCGO com a transparência, a ampla competitividade e o cumprimento rigoroso do planejamento anual, eliminando riscos de fracionamento de despesa e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa e segura contra práticas de *dropshipping* ou empresas sem solidez operacional.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAULO SANTOS DA SILVA

Demandante



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 08:41:32.

DACIMAN GALVAO DE BRITO JUNIOR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 08:40:01.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Inciso I (Painel de Preços)	Inciso I (Banco de Preços)	Inciso III (Mídia/Site)	VALOR MÉDIO UNITÁRIO ESTIMADO	CONTA CONTÁBIL
1	Café Superior (500g)	R\$ 28,66	R\$ 51,39	R\$ 45,00	R\$ 41,68	6.3.1.3.01.01.015
2	Água Mineral s/ Gás (entre 500 e 510ml)	R\$ 3,30	R\$ 1,47	R\$ 2,67	R\$ 2,48	6.3.1.3.01.01.015
3	Água Mineral c/ Gás (entre 500 e 510ml)	R\$ 4,13	R\$ 1,53	R\$ 2,67	R\$ 2,77	6.3.1.3.01.01.015
TOTAL						

FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

1. Metodologia Aplicada: A pesquisa de preços foi realizada com base nos **incisos I e III do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021** Foram consultados o Painel de Preços do Governo Federal (Compras.gov), plataformas de bancos de preços públicos e sites de mídia especializada/sites de fornecedores.

2. Critério de Seleção do Preço: Para a baliza do certame, adotou-se o **Valor Médio** dos preços obtidos. Esta escolha justifica-se pela necessidade de garantir um valor de referência que comporte marcas de qualidade comprovada (como as marcas de referência Pilão e Acquíssima definidas no TR), evitando que valores excessivamente baixos de fontes isoladas possam atrair empresas sem capacidade operacional ou praticantes de *dropshipping*, o que colocaria em risco a execução contratual no CRCGO.

3. Suporte Orçamentário: Declaro que no Projeto de Manutenção das Atividades Administrativas está previsto o suporte orçamentário para execução da despesa, sob a conta contábil de Gêneros de Alimentação.

4. Saneamento de Dados: Os valores coletados refletem o mercado atual (abril/2026), considerando as

especificações de Café Superior e Água Mineral de padrão "Premium", conforme os requisitos de sustentabilidade e qualidade do Conselho.

Goiânia, 28 de abril de 2026.

Elaborado por:

Admilton Marques da Silva

Agente de Contratação / Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Admilton Marques da Silva, Assistente**, em 28/04/2026, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1340382** e o código CRC **7AFB4EA6**.

Referência: Processo nº 9079602110000933.000071/2026-72

SEI nº 1340382



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS

Justificativa de Preços do MCP nº 1340583/2026/CRCGO-LIC/CRCGO-ASSEX/CRCGO-VPAP/CRCGO

JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (Café e Água Mineral) para o CRCGO.

No Mapa Comparativo de Preços (MCP) constam os valores encontrados, de acordo com o que preconiza a **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**, sobre Pesquisa de Preços para fins da Lei 14.133/2021:

1. Inciso I – Painel de Preços / Módulo de Pesquisa do Compras.gov: A pesquisa no Painel de Preços e no módulo de pesquisa do Compras.gov foi realizada com base nos seguintes filtros: Descrição do Item (Café Superior / Água Mineral), Ano (2025-2026) e Modalidade da Compra (Pregão Eletrônico). Foram selecionadas as seguintes referências:

- **Item Água Mineral:** Valores médios identificados de R\$ 3,30 (sem gás) e R\$ 4,13 (com gás).
- **Item Café Superior:** Valor identificado de R\$ 28,66 (pacote 500g).
- **Observação:** Foram excluídos resultados com quantidades exorbitantes (compras para grandes órgãos de saúde) para não distorcer a realidade logística do CRCGO, visando garantir preços compatíveis com a entrega parcelada.

2. Inciso I (Adicional) – Plataforma Banco de Preços: Complementando a pesquisa de preços públicos, utilizou-se a plataforma Banco de Preços para obter amostras de contratações similares em volume e localidade:

- **Item Água Mineral:** R\$ 1,47 (sem gás) e R\$ 1,53 (com gás).
- **Item Café Superior:** R\$ 51,39.
- **Justificativa:** Os valores do Café nesta base refletem marcas de referência superior (como a indicada no TR), o que justifica a variação em relação ao item básico do Painel de Preços.

3. Inciso III – Mídia especializada e Sítios eletrônicos: Foram coletados preços em sites de domínio amplo e varejistas especializados que atendem à região de Goiânia/GO, garantindo a atualização dos valores praticados no mercado local para entrega imediata:

- **Preços obtidos:** R\$ 2,67 (Água s/c gás) e R\$ 45,00 (Café Superior).

4. Conclusão sobre o Critério de Seleção (Nova Contratação): Considerando a ampla pesquisa realizada e a necessidade de afastar a prática de *dropshipping* e a participação de "aventureiros" que ofertam produtos sem qualidade sensorial mínima, adotou-se o **VALOR MÉDIO** das fontes consultadas:

- **Valor Médio Estimado por Unidade:**
 - **Café Superior (500g):** R\$ 41,68
 - **Água Mineral s/ Gás (510ml):** R\$ 2,48

- **Água Mineral c/ Gás (510ml): R\$ 2,77**

Justificativa da Escolha: A adoção da média aritmética simples das três fontes (Painel, Banco de Preços e Mídia) mostra-se o critério mais vantajoso para o CRCGO. Este valor garante o balizamento do Pregão em um patamar que permite a aquisição das marcas de referência (**Pilão e Acquiíssima**) ou superiores, assegurando a competitividade sem comprometer a exequibilidade do contrato e a qualidade dos insumos entregues aos conselheiros e colaboradores.

Declaro que as especificações contidas nas fontes consultadas foram analisadas e atendem plenamente aos requisitos estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

Goiânia, 28 de abril de 2026.

Admilton Marques da Silva

Agente de Contratação / Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Admilton Marques da Silva, Assistente**, em 28/04/2026, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1340583** e o código CRC **C3A80090**.

Referência: Processo nº 9079602110000933.000071/2026-72

SEI nº 1340583